MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações Financeiras

2020

Minupar Participações S.A.

Companhia aberta – Código CVM 13.765
CNPJ 90.076.886/0001-40 – NIRE 43300031161
Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1.535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)
Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

Sumário

1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....3
2. Relatório da administração.....10
3. Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis.....15
4. Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes.....16
5. Balaço Patrimonial.....17
6. Demonstrações de Resultados.....18
7. Demonstrações dos fluxos de caixa.....19
8. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido.....20
9. Demonstração do Resultado Abrangente.....21
10. Demonstração do Valor Adicionado.....22
11. Notas Explicativas.....23

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conselho e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Lajeado / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Minupar Participações S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Minupar Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional
Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia possui passivo a descoberto individual e consolidado (patrimônio líquido negativo) de R$ 375.709 mil em 31 de dezembro de 2020, possui endividamento tributário, conforme detalhado nas notas explicativas 13 e 14. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que dependerá substancialmente, na manutenção dos resultados positivos apresentados neste exercício, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2020 a Companhia possui contrato de prestação de serviço de abates de aves, por prazo determinado, que mantem junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia. Conforme apresentado na Nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1.6, onde a Administração declara que em 30 de março de 2021 as demonstrações contábeis foram encerradas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Na mesma data foi submetida e aprovada por parte do Conselho de Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. **Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida**
   Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 8, 9, 10 e 11 a face à obrigatoriedade de testar anualmente o Impairment de ativos de vida útil indefinida e devido a existência de indicadores, a Companhia e suas controladas direta e indiretas avaliaram a existência de redução ao valor recuperável em relação a esses ativos, levando em consideração a sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-contábeis desenvolvidos internamente. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa e valor de mercado (valor justo) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

   Como nossa auditoria conduziu esse assunto?
   Nossos procedimentos incluíram, dentre outros a obtenção junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação do fluxo de caixa projetado preparado por Companhia. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como preços de venda, custos operacionais e projeções de fluxos de caixa, bem como a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Baseados nos procedimentos, consideramos recuperáveis os ativos relacionados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

   Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre Valor recuperável (*impairment*).

2. **Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento**
   Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui parcelamentos tributários de diversas modalidades sendo parte integrante dos programas de parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), possui parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Leis 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT). Devido à relevância dos montantes reconhecidos como passivo tributário, oriundos principalmente de impostos parcelados, e ao fato de a Companhia, com o auxílio de seus assessores ter que exercer julgamento para determinar a sua mensuração e reconhecimento, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da

equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?
Nossos procedimentos de auditoria incluíram obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos, bem como a obtenção dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo o diagnóstico e revisão dos impostos e contribuições federais mais relevantes, bem como:

- Avaliamos a conciliação entre os extratos de parcelamento dos órgãos governamentais na data-base de 31 de dezembro de 2020 e o passivo tributário registrado pela Companhia.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Identificamos os pagamentos dos passivos tributários registrados durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Para o passivo tributário parcelado e que se encontra em processo de homologação perante os órgãos governamentais, obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre os parcelamentos tributárias.

3. Obrigações tributárias não parceladas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui o montante de R$ 456.451 relativo obrigações tributárias não parceladas, em função dos montantes envolvidos e de que nos anos de 2018 e 2019 a Companhia efetuou a recomposição e a atualização destas obrigações na contabilidade como base as informações apresentadas pelos respectivos órgãos fiscais, Receita Federal e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, bem como avaliou as compensações realizadas utilizando o Crédito Prêmio IPI o qual está sob discussão judicial, conforme detalhado em nota explicativa nº 7.a onde também é informado que em 2020 a Companhia avaliou a situação do referido processo, e considerou que, devido as decisões judiciais proferidas até o momento foram desfavoráveis a Companhia em conjunto com a conciliação realizada de obrigações tributárias avaliou saldos glosados referente a este crédito, o qual recompôs o saldo, e ao fato de que as mudanças nos valores registrados podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?
Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração, revisão das bases de cálculos para os tributos correntes e divulgação das obrigações tributárias, bem como:

- Avaliamos os argumentos e as opiniões legais, preparadas por consultores independentes contratados pela Companhia, que suportam a avaliação da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, as quais fornecem informações sobre a natureza de cada tributo, esfera de cobrança, exposição e os valores registrados.

- Avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.

- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.

- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, os valores dos extratos emitidos junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias.

4. Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes passivas em uma série de processos judiciais relacionados a discussões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal do negócio os quais envolvem montantes elevados. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, combinado com a definição do momento adequado da competência para fins de reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia; inspeção de atas de Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e leitura do Fato Relevante divulgado a respeito das ações cíveis em andamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram por nos examinadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 27 de março de 2020, com opinião sem modificação, contendo parágrafo de incerteza sobre a continuidade operacional, parágrafo de ênfase sobre a realização do Crédito Prêmio de IPI registrado, o qual não requer mais menção em 2020 devido a remota chance de êxito na ação, e como principais assuntos de auditoria "PAA" os assuntos relacionados são (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida; (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento, (3) Obrigações tributárias não parceladas, (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 30 de março de 2021.

Sergio Laurimar Fioravanti
Contador – CRCRS nº 48.601
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360

bakertilly

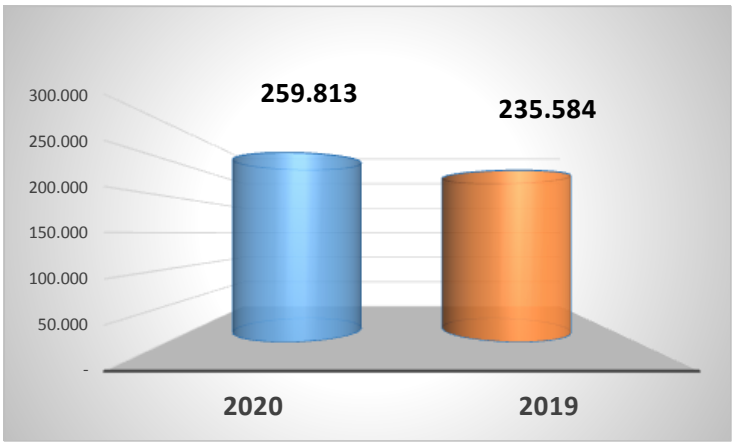
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2020. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Receita líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2020 foi de R$ 259.813 (R$ 235.584 em 2019), resultando em um aumento percentual de 10%, ocorrido basicamente pelo crescimento das vendas de industrializados de carne.



No quadro a seguir são apresentadas informações quantitativas e qualitativas relativas a atividades desenvolvidas pela Companhia.

Resultado detalhado por atividade:

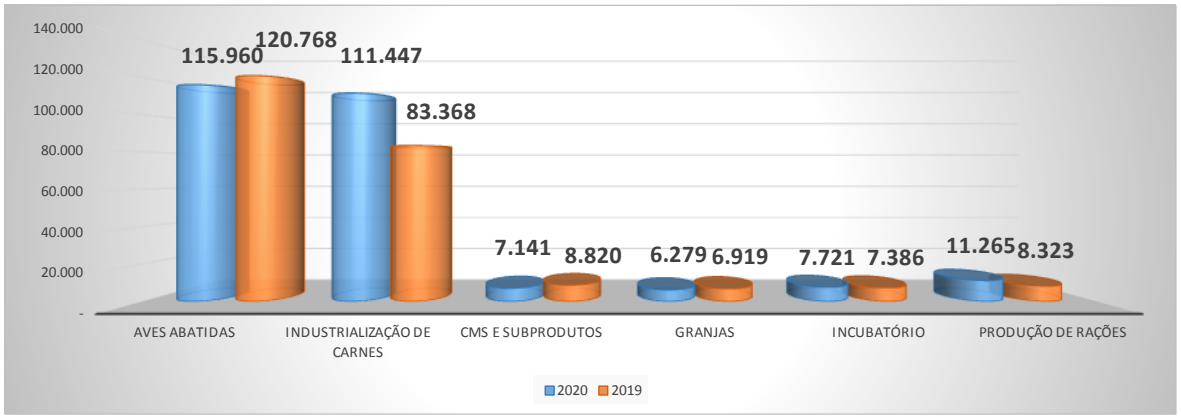
Informações em Quantidade

Produção	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2020	2019	%	2020	2019	%	2020	2019	%
Aves abatidas (un/mil)	39.437	43.244	-9%	-	-	0%	39.437	43.244	-9%
Industrialização de carnes (ton)	9.024	7.378	22%	12.470	11.492	9%	21.494	18.870	14%
CMS e subprodutos (ton)	28.894	-	0%	164	397	-59%	29.058	397	7222%
Aves alojadas - Pinhal	477.095	495.225	-4%	-	-	0%	477.095	495.225	-4%
Ovos produzidos - Paraiso	7.255	8.730	-17%	-	-	0%	7.255	8.730	-17%
Produção Pintos (un/mil)	60.504	59.362	2%	-	-	0%	60.504	59.362	2%
Produção Rações (ton)	231.368	218.592	6%	-	-	0%	231.368	218.592	6%

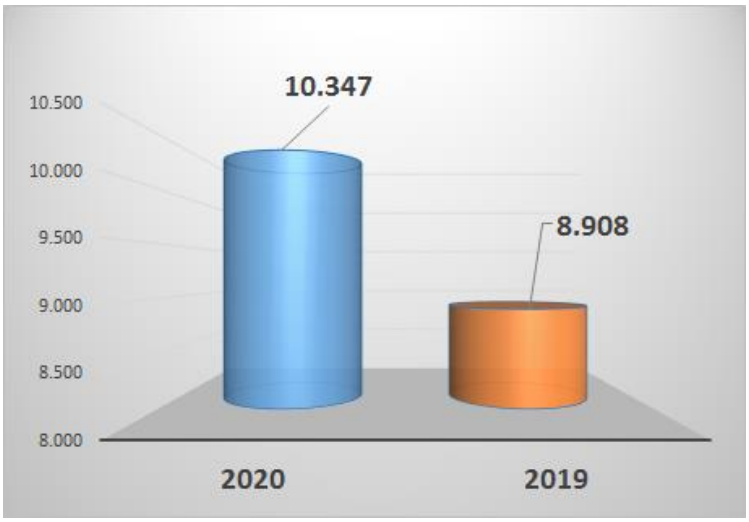
Informações em R$ Mil

Segmento	Mercado Interno			Mercado Externo			Consolidado		
	2020	2019	%	2020	2019	%	2020	2019	%
Aves Abatidas	115.960	120.768	-4%	-	-	0%	115.960	120.768	-4%
Industrialização de Carnes	42.232	30.707	38%	69.215	52.661	31%	111.447	83.368	34%
CMS e subprodutos	6.864	7.297	-6%	277	1.523	-82%	7.141	8.820	-19%
Granjas - Alojamento	5.131	5.539	-7%	-	-	0%	5.131	5.539	-7%
Granjas - Produção de Ovos	1.148	1.380	-17%	-	-	0%	1.148	1.380	-17%
Incubatório - Produção de Pintos	7.721	7.386	5%	-	-	0%	7.721	7.386	5%
Produção de Rações	11.265	8.323	35%	-	-	0%	11.265	8.323	35%
Total	190.321	181.400	5%	69.492	54.184	28%	259.813	235.584	10%

Faturamento anual de 2020 e 2019, comparativo por atividade:

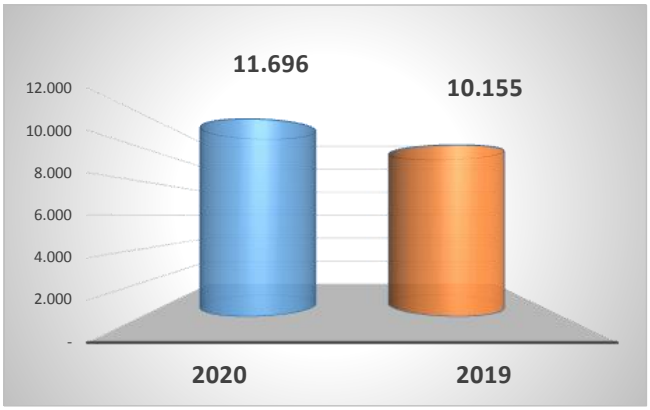


Despesas gerais e administrativas



Ao passo que a empresa apresenta aumento de sua receita líquida, as despesas gerais e administrativas consolidadas também apresentaram aumento, de R$ 8.908 em 2019 para R$ 10.347 em 2020.

Despesas com vendas



As despesas com vendas durante o exercício de 2020 foram de R$ 11.696 e para o exercício de 2019 foram de R$ 10.155, sendo que este aumento de aproximadamente 15% está associado ao aumento das vendas de industrializados. No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente às receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,50% em 2020 e 4,31% em 2019, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2020	2019
Receita Líquida	259.813	235.584
Despesas com Vendas	11.696	10.155
Relação %	**4,50%**	**4,31%**

Análise do EBITDA

(Montantes expressos em R$ mil)

Medições não contábeis	31/12/20	31/12/19
EBIT	31.443	(20.836)
EBITDA	37.853	(14.835)
EBITDA ajustado	41.849	38.771

	31/12/20	31/12/19
Lucro (prejuízo) líquido	**16.573**	**(33.030)**
(+ / -) Impostos correntes / (Impostos diferidos)	7.704	754
(+) Juros e atualizações monetárias	7.166	11.440
EBIT	**31.443**	**(20.836)**
(+) Depreciações e amortizações	6.410	6.001
EBITDA	**37.853**	**(14.835)**
(+ / -) Provisões / (Reversões)[1]	1.840	10.430
(+ / -) Despesas / (Receitas) não recorrentes[2]	2.156	43.176
EBITDA ajustado	**41.849**	**38.771**

Receita Líquida	259.813	235.584
Relação % EBITDA ajustado	16%	16%

(1) Refere-se a provisões e ou reversões de contingências ou perda na avaliação de ativos, seja recebível ou ativo operacional.
(2) Refere-se a despesas ou receitas não recorrentes registradas no exercício.

Conforme é demonstrado no quadro acima, o EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2020 e 2019 foi respectivamente, de R$ 41.849 ou 16% da receita líquida e R$ 38.771 ou 16% da receita líquida, representando uma instabilidade de um ano para outro.

Recursos Humanos

			Variação	
Situação	**dez/19**	**dez/20**	**Qtde**	**%**
Funcionários Ativos	2.438	2.485	47	1,93%
Funcionários Afastados	248	349	101	40,73%
Total	**2.686**	**2.834**	**148**	**5,51%**

Conforme apresentado acima, o quadro de funcionários ativos manteve-se basicamente no mesmo patamar, variando apenas 1,93%. Quanto ao número de funcionários afastados, este sofreu um aumento significativo de aproximadamente 40%, passando de 248 em 2019 para 349 em 2020, dos quais 201 estão afastados em função da pandemia por Covid-19 ocorrida neste ano. A fim de atender as recomendações dos órgãos competentes

para reduzir a disseminação do Coronavírus, a Companhia realizou esforços na implantação de melhorias em processos dos setores de Recursos Humanos e SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, durante todo ano de 2020.

Situação Jurídica

A Companhia encerrou o ano de 2020 com um total de 643 Reclamatórias Trabalhistas em andamento, o que representa 02 (duas) ações a menos em relação ao final do ano de 2019, data em que havia 645 reclamatórias. No ano de 2019 foram protocoladas 210 reclamatórias e no ano de 2020 foram protocoladas 110 reclamatórias novas, ou seja, 47,6% a menos que o ano anterior. Do total das 643 reclamatórias 75 estão suspensas pelo Tema 1046 do Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento em âmbito nacional, sendo 53 suspensões integrais e 22 suspensões parciais. Das reclamatórias em andamento, 143, ou seja, 22%, são decorrentes do fechamento da unidade de Passo Fundo - RS, evento ocorrido em 2015. Todos os processos estão registrados em sistema interno e sendo cuidadosamente acompanhados pelo corpo jurídico da Companhia.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas para solução de seus passivos tributários remanescentes.

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é de R$ 120.108, composto por 7.100.100 ações. No transcorrer do ano de 2020, as ações da Companhia estiveram presentes em 12.073 negociações realizadas pela Bm&fBovespa, totalizando R$ 16.064.285,71.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Companhia é auditada pela empresa Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., a qual possui registro na CVM nº 01236-0.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009 e suas respectivas alterações, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 30 de março de 2021.

A Administração.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2020

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Lajeado, 30 de março de 2021.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmmann
Diretora Presidente

Tiago Silveira do Pinho
Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes de 31 de Dezembro de 2020.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Lajeado, 30 de março de 2021.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmmann
Diretora Presidente

Tiago Silveira do Pinho
Diretor de Relações com Investidores

Balanço Patrimonial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de R$)

	NE	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	137	283
Contas a receber	5	-	-	93.064	54.229
Estoques	6	-	-	9.868	7.107
Adiantamentos a fornecedores		-	-	446	195
Impostos a recuperar	7	2	2	648	307
Outros ativos		-	-	1.200	958
Total do Ativo Circulante		2	2	105.363	63.079
Ativo Não Circulante					
Depósitos judiciais	18	1	1	7.258	6.327
Partes relacionadas	17	5.777	5.777	-	-
Outros ativos	8	9.298	8.880	12.636	12.194
Impostos a recuperar	7	-	-	61	34.425
(-) Provisão para perda	7	-	-	-	(34.369)
Propriedade para investimento	9	-	-	26.022	26.488
Imobilizado	10	-	-	92.469	91.415
Intangível	11	-	-	314	313
Total do Ativo Não Circulante		15.076	14.658	138.760	136.793
Total do Ativo		**15.078**	**14.660**	**244.123**	**199.872**

	NE	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Passivo Circulante					
Fornecedores		264	264	11.234	7.660
Salários e encargos sociais a pagar	13	146	150	14.065	13.063
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	93	90
Adiantamento de clientes	5	-	-	15.735	1.220
Obrigações tributárias	14	4	5	456.451	449.391
Parcelamentos	15	33	34	7.247	6.696
Impostos diferidos	16	-	-	735	454
Outros passivos		-	-	6.082	1.944
Total do Passivo Circulante		447	453	511.642	480.518
Passivo Não Circulante					
Partes relacionadas	17	22.519	18.524	32.294	31.797
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	312	387
Parcelamentos	15	232	260	36.214	41.222
Impostos diferidos	16	-	-	17.956	15.692
Provisão para contingências	18	531	381	19.105	20.926
Provisão para perda de investimentos	9	366.688	387.674	-	-
Outros passivos		-	-	2.309	2.352
Total do Passivo Não Circulante		389.970	406.839	108.190	112.376
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	120.108	120.108	120.108	120.108
Ajuste de avaliação patrimonial	19	41.397	41.710	41.397	41.710
Reserva de reavaliação		-	3.666	-	3.666
Prejuízo acumulado		(539.101)	(556.124)	(539.101)	(556.124)
Outros resultados abrangentes	19	740	(1.992)	740	(1.992)
Reserva de Incentivos Fiscais	19	1.517	-	1.517	-
Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		(375.339)	(392.632)	(375.339)	(392.632)
Participação dos não controladores		-	-	(370)	(390)
Total do Patrimônio Líquido		(375.339)	(392.632)	(375.709)	(393.022)
Total do Passivo		**15.078**	**14.660**	**244.123**	**199.872**

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	NE	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receita operacional líquida	22	**-**	**-**	**259.813**	**235.584**
Custos operacionais	23	-	-	(186.356)	(168.746)
Lucro bruto		**-**	**-**	**73.457**	**66.838**
Outras receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	24	(750)	(490)	(10.347)	(8.908)
Com vendas	25	-	-	(11.696)	(10.155)
Outras despesas operacionais	26	(150)	(382)	(18.177)	(23.684)
Outras receitas operacionais	27	391	4.745	4.636	9.193
Total despesas operacionais		(509)	3.873	(35.584)	(33.554)
Resultado antes da equivalência patrimonial		**(509)**	**3.873**	**37.873**	**33.284**
Resultado de equivalência patrimonial	9	20.246	(32.736)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**19.737**	**(28.863)**	**37.873**	**33.284**
Despesas financeiras	28	(3.184)	(4.135)	(27.144)	(66.283)
Receitas financeiras	29	-	-	12.794	723
Resultado financeiro		**(3.184)**	**(4.135)**	**(14.350)**	**(65.560)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e de contribuição socia		**16.553**	**(32.998)**	**23.523**	**(32.276)**
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(3.189)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(3.761)	(754)
Lucro (prejuízo) líquido do período		**16.553**	**(32.998)**	**16.573**	**(33.030)**
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas controladores		-	-	16.553	(32.998)
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas não controladores		-	-	20	(32)
Lucro (prejuízo) diluído por ação		2,33138	(4,64754)	2,33419	(4,65205)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Lucro (prejuízo) do período	16.553	(32.998)	16.553	(32.998)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	6.410	6.001
Provisão para riscos de créditos	-	-	(428)	430
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	-	-	19	125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.545	(414)
Participação de minoritários	-	-	20	(32)
Baixa de bens do imobilizado e intangível	-	-	642	218
Provisão (Reversão) para contingências	150	381	3.034	8.730
Provisão (Reversão) de Impairment	-	(2.115)	-	1.684
Atualização de passivos tributários	-	-	6.355	62.409
Ajuste a Valor Presente	(794)	1.132	(794)	1.132
Ajuste trava cambial	-	-	740	-
Resultado de equivalência patrimonial	(20.246)	32.736	-	-
	(4.337)	(864)	35.096	47.285
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	-	-	(38.407)	(29.721)
Estoques	-	-	(2.761)	(943)
Impostos a recuperar			(346)	631
Adiantamento a fornecedores	-	-	(251)	(191)
Outros ativos	376	2.740	110	4.684
Depósitos judiciais	-	-	(931)	6.692
	376	2.740	(42.586)	(18.848)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	-	(1)	3.574	129
Obrigações tributárias	(31)	(21)	(3.753)	(6.474)
Salários e encargos sociais a pagar	(4)	-	1.002	834
Adiantamendo de clientes	-	-	14.515	835
Provisão para contingências	-	-	(1.023)	(18.256)
Outras obrigações	-	-	263	2.599
	(35)	(22)	14.578	(20.333)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.996)	1.854	7.088	8.104
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado	-	-	(7.589)	(6.453)
Aquisições de intangíveis	-	-	(52)	(92)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de inves	-	-	(7.641)	(6.545)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(91)	(345)
Fluxos com partes relacionadas	3.996	(1.854)	498	(1.175)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.996	(1.854)	407	(1.520)
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(146)	39
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	-	-	283	244
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	-	137	283
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(146)	39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros Result. Abrang.	Reserva de Incentivos Fiscais	Patrim. Líquido	Particip. dos Não Control.	Patrim. Líquido Consol.
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**120.108**	**44.734**	**(522.484)**	**(1.992)**	**-**	**(359.634)**	**(358)**	**(359.992)**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(32.998)	-	-	(32.998)	(32)	(33.030)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**120.108**	**44.734**	**(555.482)**	**(1.992)**	**-**	**(392.632)**	**(390)**	**(393.022)**
Lucro líquido do exercício	-	-	16.553	-	-	16.553	20	16.573
Ajuste de trava cambial	-	-	-	740	-	740	-	740
Ajuste de conversão do período	-	(1.350)	1.345	1.992	-	1.987	-	1.987
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.987)	-	-	-	(1.987)	-	(1.987)
Reserva de subvenções governamentais	-		(1.517)		1.517	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**120.108**	**41.397**	**(539.101)**	**740**	**1.517**	**(375.339)**	**(370)**	**(375.709)**

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Prejuízo líquido do período	16.553	(32.998)	16.573	(33.030)
Outros resultados abrangentes	740	-	740	
Resultado abrangente total	17.293	(32.998)	17.313	(33.030)
Atribuído aos acionistas controladores			17.293	(32.998)
Atribuído aos acionistas não controladores			20	(32)

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	**-**	**-**	**280.872**	**252.287**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	277.939	249.534
Outras receitas	-	-	2.505	3.183
Provisão para riscos de créditos	-	-	428	(430)
Insumos adquiridos de terceiros	**(573)**	**(632)**	**(118.016)**	**(102.122)**
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(17.135)	(14.434)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(573)	(632)	(100.881)	(87.688)
Valor adicionado bruto	**(573)**	**(632)**	**162.856**	**150.165**
Depreciação, amortização e exaustão	**-**	**-**	(6.410)	(6.001)
Valor adicionado líquido produzido	**(573)**	**(632)**	**156.446**	**144.164**
Valor adicionado recebido por transferência	**20.636**	**(27.993)**	**2.191**	**6.277**
Resultado de equivalência patrimonial	20.246	(32.736)	-	-
Receitas Financeiras	-	-	1.221	723
Outras	390	4.743	970	5.554
Valor adicionado total a distribuir	**20.063**	**(28.625)**	**158.637**	**150.441**
Distribuição do valor adicionado	**20.063**	**(28.625)**	**158.637**	**150.441**
Remuneração do Trabalho	**303**	**206**	**101.519**	**93.924**
Remuneração direta	132	172	81.724	76.879
Benefícios	171	34	13.518	10.839
FGTS	-	-	6.277	6.206
Remuneração do Governo	**23**	**34**	**24.974**	**23.266**
Federais	23	34	12.637	14.521
Estaduais	-	-	12.337	8.745
Remuneração Capitais de Terceiros	**3.184**	**4.133**	**15.571**	**66.281**
Juros	3.184	4.133	15.571	66.281
Outros			-	-
Remuneração de capitais próprias	**16.553**	**(32.998)**	**16.573**	**(33.030)**
Prejuízo do exercício	16.553	(32.998)	16.553	(32.998)
Participações de minoritários	-	-	20	(32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.
(Em milhares de reais)

1 – Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 13, 14 e 15), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 – Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na restruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 15.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 14 – Obrigações Tributárias, a Companhia possui um saldo significativo de Obrigações Tributárias, cabe ressaltar que nos exercícios sociais de 2019 e 2018, foram realizados trabalhos de revisão de todo passivo tributário federal em aberto, de forma que os controles implantados pela Companhia nestes trabalhos de revisão permitem um acompanhamento e monitoramento de todos os débitos, bem como permite certificar que os valores apresentados refletem exatamente com as informações fornecidas pelos respectivos órgãos legais de cobrança (RFB – Receita Federal do Brasil e PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional).

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições especificas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de

quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 – Covid-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS – Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores, abaixo um breve relato das ações já implantadas:

- Acesso as unidades mediante resposta e aprovação a formulário que visa identificar sintomas do Coronavírus;
- Uso obrigatório de máscaras para todos os colaboradores e terceiros que acessarem as unidades;
- Aspersão de sanitizante nas áreas comuns e em frente a empresa;
- Entrega de atestados ou documentos acontece na portaria, evitando acesso a unidade e contato com outras pessoas;
- Higienização de vestiários, áreas produtivas e de grande circulação, refeitórios e corrimões foi intensificada, conforme orientação dos órgãos compatíveis;
- Disponibilização de um número maior de ônibus para transporte de colaboradores, atendendo a lotação determinada por decreto legal;
- Adequação dos refeitórios, para respeitar a distância prevista entre os colaboradores, para que não haja qualquer tipo de compartilhamento de objetos ou contato direto de utensílios de uso comum;
- Adequação dos horários das refeições, para que não haja contato entre colaboradores e funcionários terceirizados nos refeitórios;
- Instalação de espaço para atendimento aos colaboradores que apresentarem sintomas, em local ao ar livre, e próximo a portaria, para evitar contato com outros colaboradores ou outras áreas;
- Aquisição de termômetro a laser, para verificação de temperatura de todas as pessoas que acessam a unidade, ainda na portaria;
- Adequação dos bebedouros, disponibilizando copos descartáveis para que não haja contato direto com o equipamento ou o compartilhamento de objetos;
- Aumento da disponibilidade de pontos com álcool em gel nas áreas das unidades;
- Proibição do compartilhamento de objetos pessoais como copos e talheres;
- Cancelamento de reuniões presenciais, optando pelo uso da tecnologia em substituição;
- Liberação dos colaboradores que compõem grupos de risco ou que apresentem quaisquer sintomas gripais. E readequação para o sistema de trabalho home office para os colaboradores que tem a possibilidade;
- Intensificação da atuação dos profissionais de saúde, como médicos, enfermeiras e técnicos de enfermagem;

- Auxílio financeiro para colaboradoras com filhos até 10 anos, que necessitem deixar seus filhos com cuidadoras.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, incorreu em gastos adicionais, apurados a partir de abril de 2020, os quais já totalizam R$ 3.496 mil, e estão relacionados a produtos de limpeza e higienização, acréscimo nos serviços de transportes a funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19, doações a hospitais e vacinas de gripe.

Apresentamos no quadro a seguir os valores apurados de forma detalhada, os quais estão registrados no resultado em suas contas de origem:

Natureza do Gasto	Valor	%
EPI's	916	26%
Testes covid	801	23%
Adequações estruturais	506	14%
Transporte de funcionários	608	17%
Auxílio creche	244	7%
Doações	219	6%
Materiais para alimentação	166	5%
Outros	36	1%
Total	**3.496**	**100%**

Desde o início da pandemia a Companhia vem procedendo de forma rigorosa com o afastamento dos colaboradores classificados no grupo de risco, chegando a ter até aproximadamente 500 pessoas afastadas, no momento as pessoas afastadas representam aproximadamente 201 colaboradores.

1.5 Análise dos efeitos da Covid-19 nas demonstrações contábeis

De acordo com as orientações contidas nos ofícios circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, a Companhia informa que procedeu com a análise dos principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente suas demonstrações contábeis, de modo que as principais análises são reportadas a seguir:

(i) Continuidade operacional: Não foram identificados elementos que configurem risco de descontinuidade operacional.

(ii) Contas a receber: Os saldos das contas a receber foram analisados, e nenhum fator vinculado aos efeitos da Covid-19 indica ajuste de perdas esperadas destas rubricas, entretanto, conforme é informado na nota explicativa nº 5 – Conta a receber, a Companhia apresenta a conciliação do saldo líquido a receber, descontando já os valores recebidos de forma antecipada, os quais foram sensibilizados pelo efeito da Covid-19, deste modo, é informado na nota explicativa nº 5 – Contas a receber que o serviço vinculado as referidas antecipações serão realizadas com prestação de abate extra no decorrer de 2021.
Importante salientar, que o referido custo de ociosidade, relativo ao período no qual a planta funcionou com quadro reduzido, foi reclassificado contabilmente para conta de "outras despesas operacionais", conforme informado na nota explicativa nº 26 – Outras despesas operacionais.

(iii) Estoques: São avaliados pelo custo de aquisição liquido de impostos ou pelo efetivo valor de realização, desta análise não há nenhum elemento relacionado ao Covid-19 que indique qualquer ajuste nesta rubrica.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – "impairment": A Companhia não identificou indicativos de impairment no período findo em 31 de dezembro de 2020.

1.6 Aprovação das Demonstrações Contábeis

No dia 30 de março de 2021, em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea "b" do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as Demonstrações Contábeis devidamente auditadas pela empresa independente Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S., para apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, composto por 03 conselheiros. Nesta reunião, as Demonstrações Contábeis apresentadas foram aprovadas por uma conselheira e rejeitadas por dois conselheiros, os quais, refutaram a proposta apresentada, sem manifestar detalhadamente os pontos de divergência.

Quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 30 de abril de 2021, ocorrerá então o exame, discussão, esclarecimentos e votação das referidas Demonstrações contábeis pelos seus acionistas, em atendimento ao artigo 132º da Lei 6.404/76.

A Diretoria da Minupar, em cumprimento de seu dever legal, autorizou, em 30 de março de 2021, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2020, destacando o desfecho da reunião do Conselho de Administração que teve por pauta a apreciação das contas da Minupar Participações S.A..

2 – Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 – Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

i) custo amortizado; e

ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);
- Propriedades para investimentos (nota 9.b)
- Imobilizado (nota 10)
- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

a) Ativo intangível de vida útil definida; e
b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

(a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

(a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
(b) vida útil, "*Impairment"* e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
(c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado – DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa	-	-	2	8
Bancos - Conta Corrente	-	-	135	275
Total	**-**	**-**	**137**	**283**

5 – Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Mercado interno	-	-	47.511	31.857
Mercado externo	-	-	45.639	23.626
Trava Cambial	-	-	740	-
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(826)	(1.254)
Subtotal	**-**	**-**	**93.064**	**54.229**
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(15.735)	(1.220)
Saldo líquido de contas a receber	**-**	**-**	**77.329**	**53.009**

Vencidos	31/12/20		31/12/19	
Até 30 dias	7.477	8%	2.603	5%
De 31 a 60 dias	4	0%	6	0%
De 61 a 90 dias	987	1%	44	0%
De 91 a 120 dias	1.552	2%	1	0%
De 121 a 150 dias	1	0%	54	0%
De 151 a 180 dias	1	0%	-	0%
Acima de 180 dias	826	1%	1.254	2%
Sub-total	**10.848**	**12%**	**3.962**	**7%**
À vencer				
Até 30 dias (a)	70.503	76%	39.019	72%
De 31 a 60 dias	12.539	13%	12.502	23%
Sub-total	**83.042**	**89%**	**51.521**	**95%**
Provisão para perda esperada	(826)	-1%	(1.254)	-2%
Total	**93.064**	**100%**	**54.229**	**100%**

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como "títulos à vencer até 30 dias" refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia representa o montante de R$ 43.811.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Produtos prontos	-	-	1.589	825
Produtos em elaboração	-	-	39	81
Matérias primas	-	-	2.407	1.738
Materiais de embalagem	-	-	1.650	1.504
Materiais de manutenção	-	-	4.183	2.959
Total	**-**	**-**	**9.868**	**7.107**

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 – Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
IRRF a recuperar	-	-	3	3
IRPJ a recuperar	-	-	1	1
CSLL a recuperar	2	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	174	34
ICMS a recuperar	-	-	1	5
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	467	60
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	-	202
Ativo Circulante	**2**	**2**	**648**	**307**
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações (a)	-	-	-	34.369
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(34.369)
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	61	56
Ativo Não Circulante	**-**	**-**	**61**	**56**

a) Crédito prêmio IPI

A Companhia atualizou o entendimento sobre o montante de R$ 34.369 mil referente ao saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, o qual está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4., e por conta das recentes decisões dos órgãos públicos, decidiu pela realização da baixa efetiva dos valores neste exercício, entretanto, sem impacto no resultado em função da provisão já constituída em 2017.

Considerando que a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria da Fazenda Nacional, em suas últimas e mais recentes decisões administrativas e manifestações, vêm reiterando seu entendimento em sentido contrário ao pleito da Companhia, e que, até o momento, as decisões judiciais proferidas foram desfavoráveis ao reconhecimento do montante vindicado a título do crédito-prêmio de IPI, os assessores jurídicos emitiram relatório indicando que a probabilidade de êxito como "remota", desta forma em 2020 o valor foi integralmente revertido.

8 – Outros ativos

	Controladora		Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	
Agostinho Carrer Part. Ltda	9.298	8.880	9.309	8.880	(i)
Outros	-	-	3.327	3.314	
Total	**9.298**	**8.880**	**12.636**	**12.194**	

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A, Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial, o qual envolvia o processo de execução de título extrajudicial e ação de cobrança.

Devido aos impactos causados pela COVID-19, a empresa Agostinho Carrer Participações S.A. notificou a Companhia, que devido à crise do setor avícola iriam utilizar da carência para suspensão dos pagamentos, nos termos do acordo judicial, posteriormente em razão da continuidade das dificuldades e limitações financeiras decorrentes da crise mundial da pandemia da COVID-19, as partes transacionaram, mediante concessões

mútuas, a suspensão parcial do pagamento das parcelas, ficando acordado que seria pago mediante depósito judicial, somente os juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

9 - Investimentos

a) **Participações societárias**

Em 31/12/2020 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	**99,99%**	**99,99%**	
Provisão para perda de investimento em 31/12/19	**(284.486)**	**(103.188)**	**(387.674)**
+/- Equivalência Patrimonial	14.854	5.392	20.246
+/- Ajuste reflexo da trava cambial - NBC TG 48	543	197	740
Provisão para perda de investimento em 31/12/20	**(269.089)**	**(97.599)**	**(366.688)**

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

	31/12/20			31/12/19		
Grupo	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	26.553	(7.109)	19.444
Máquinas e equipamentos	11.587	(6.372)	5.215	12.324	(7.043)	5.281
Outros	318	(212)	106	471	(331)	140
(-) Impairment	(5.146)		(5.146)	(6.119)	-	(6.119)
Total	**38.999**	**(12.977)**	**26.022**	**40.971**	**(14.483)**	**26.488**

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2020 são contabilizados a valor de custo. A Companhia procedeu a análise de avaliação para perda sobre este ativo sem operação, e nesta análise não identificou necessidade de reconhecimento de complemento de provisão para perda de recuperabilidade destes ativos.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	**Saldo em 31/12/19**	**Adições**	**Baixas**	**Deprec.**	**Transf.**	**Saldo em 31/12/20**
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	19.444	-	(1.338)	-	(1)	18.105
Máquinas e equipamentos	5.281	-	(59)	-	(7)	5.215
Outros	140	-	(28)	-	(6)	106
(-) Impairment	(6.119)	-	973	-	-	(5.146)
Total	**26.488**	**-**	**(452)**	**-**	**(14)**	**26.022**

10 – Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

		31/12/20			31/12/19		
Grupo	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	72.294	(24.483)	47.811	71.663	(22.566)	49.097
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	65.727	(39.883)	25.844	59.394	(35.793)	23.601
Moveis e utensílios	8,33%	4.859	(3.529)	1.330	4.394	(3.365)	1.029
Computadores e periféricos	33,33%	1.497	(1.101)	396	1.318	(922)	396
Veículos	20,00%	664	(654)	10	646	(635)	11
Imobilizações em andamento	-	1.485	-	1.485	1.688	-	1.688
Outros	-	13	(13)	-	14	(14)	-
	Total	**162.132**	**(69.663)**	**92.469**	**154.710**	**(63.295)**	**91.415**

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/19	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/20
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	49.097	15	-	(1.917)	616	47.811
Maquinas e equipamentos	23.601	584	(182)	(4.078)	5.919	25.844
Moveis e utensílios	1.029	376	(3)	(174)	102	1.330
Computadores e periféricos	396	157	(5)	(180)	28	396
Veículos	11	-	-	(1)	-	10
Imobilizações em andamento	1.688	6.457	-	-	(6.660)	1.485
Total	**91.415**	**7.589**	**(190)**	**(6.350)**	**5**	**92.469**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

		31/12/20			31/12/19		
Grupo	Taxas	Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	584	(418)	166	523	(358)	165
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
	Total	**732**	**(418)**	**314**	**671**	**(358)**	**313**

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/19	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/12/20
Softwares	165	52	-	(60)	9	166
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	**313**	**52**	**-**	**(60)**	**9**	**314**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

12 – Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.373	6.855
Salários / Pró-labore a pagar	146	150	3.466	2.668
Rescisões a pagar	-	-	13	36
Outras obrigações a pagar	-	-	3.213	3.504
Total	**146**	**150**	**14.065**	**13.063**

13 – Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
INSS a recolher	3	4	250.887	248.857
FGTS a recolher	-	-	3.574	3.467
IRRF a recolher	1	1	239	224
IRPJ a recolher	-	-	102.049	97.695
CSLL a recolher	-	-	36.850	35.113
COFINS a recolher	-	-	46.357	47.663
PIS a recolher	-	-	9.887	10.013
Impostos Retidos	-	-	21	21
ICMS a recolher	-	-	2.000	1.833
Outros	-	-	4.587	4.505
Total	**4**	**5**	**456.451**	**449.391**

Conforme informado na nota explicativa nº 1.3 – Continuidade Operacional, a Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança (PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

	31/12/20			31/12/19		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.322	249.565	250.887	1.215	247.642	248.857
FGTS a recolher	675	2.899	3.574	645	2.822	3.467
IRRF a recolher	239	-	239	224	-	224
IRPJ a recolher	7.329	94.720	102.049	4.697	92.998	97.695
CSLL a recolher	1.240	35.610	36.850	1.706	33.407	35.113
COFINS a recolher	-	46.357	46.357	-	47.663	47.663
PIS a recolher	-	9.887	9.887	-	10.013	10.013
Impostos Retidos	21	-	21	20	1	21
ICMS a recolher	376	1.624	2.000	221	1.612	1.833
Outros	52	4.535	4.587	183	4.322	4.505
	11.254	**445.197**	**456.451**	**8.911**	**440.480**	**449.391**

14 – Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PERT (a)	-	-	1.179	1.161
Lei 12.996/14 (b)	25	26	2.045	2.011
Lei 11.941/09	8	8	8	8
FGTS	-	-	690	667
ICMS	-	-	224	207
IOF	-	-	-	15
Ordinário	-	-	3.101	2.627
Circulante	**33**	**34**	**7.247**	**6.696**
PERT (a)	-	-	9.357	10.379
Lei 12.996/14 (b)	207	228	16.204	17.934
Lei 11.941/09	25	32	25	32
FGTS	-	-	5.677	6.148
ICMS	-	-	380	553
Ordinário	-	-	4.571	6.176
Não Circulante	**232**	**260**	**36.214**	**41.222**

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea "b") e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea "b").

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	**56.548**	(i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218)	(iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845)	(ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2019	(13.527)	
(+) Atualização Selic até dezembro de 2019	1.582	
Saldo remanescente em 31/12/2019	**11.540**	
(+) Atualização Selic de Jan-20 até Dez-20	195	
(-) Pagamentos efetuados de Jan-20 até Dez-20	(1.199)	
Saldo remanescente em 31/12/2020	**10.536**	
Circulante	1.179	
Não circulante	9.357	

(i) O montante de R$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
	Total	56.548

(ii) O montante de R$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea "b", da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
		Total	46.741	(9.349)	37.392		25.218

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

Diante disso, a Companhia tem adotado medidas para a sua manutenção no PERT, especificamente:

(i) Quanto aos débitos em aberto decorrentes da incidência sobre a redução das multas e do juros moratórios em virtude da adesão ao PERT de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Companhia informa que busca liquidar tais valores por meio de Declaração de Compensação utilizando-se de crédito presumido de IPI já homologado pela Receita Federal do Brasil, do pedido realizado pela Companhia já foram homologadas as compensações dos débitos de PIS e COFINS, já o pedido de compensação para os demais tributos (IRPJ e CSLL) está em processo de análise pela Receita Federal.

(ii) Quanto aos débitos previdenciários em aberto, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário instituído pela Lei 10.522/2002, tratado no processo administrativo nº 13052.720.217/2018-11. O parcelamento está sob análise da fiscalização federal em razão da pendência de formalização de garantia nomeada nos autos das Execuções Fiscais nº 5000467-10.2018.4.04.7114 e 5003024-67.2018.4.04.7114, consoante determinando pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Quanto aos débitos de Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Companhia busca a emissão de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF perante a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que há regular penhora de bens relacionada à Execução Fiscal nº 5005346-94.2017.4.04.7114, cuja cobrança é combatida por meio dos Embargos à Execução Fiscal nº 5000691-11.2019.4.04.7114.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei n° 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas

acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	**76.297**
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	**27.900**
Amortização líquida até 31/12/20	(9.651)
Saldo remanescente em 31/12/2020	**18.249**
Circulante	2.045
Não circulante	16.204

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

15- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo Atribuído	Impostos Diferidos IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Perifericos	582	146	52	198
Total	**66.966**	**16.743**	**6.027**	**22.770**
Diferimento até 31/12/2020		(5.337)	(1.930)	(7.267)
(A) = Saldo em 31/12/2020		**11.406**	**4.097**	**15.503**

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2020 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferimento até 31/12/2020		(208)	(75)	(3.471)
(B) = Saldo em 31/12/2020		**2.344**	**844**	**3.188**
(A + B) = Saldo em 31/12/2020		**13.750**	**4.941**	**18.691**
Curto Prazo		**547**	**188**	**735**
Longo Prazo		**13.203**	**4.753**	**17.956**
(A) = Saldo em 31/12/2020		**11.406**	**4.097**	**15.503**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	547	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	188	120
Total - Curto Prazo	**-**	**-**	**735**	**454**
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	13.203	11.538
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.753	4.154
Total - Long Prazo	**-**	**-**	**17.956**	**15.692**

16 – Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 29 de abril de 2020 da seguinte forma:

a) Minupar – em até R$ 250 mil;
b) Sulaves – em até R$ 250 mil;
c) Valepar – em até R$ 250 mil; e
d) Minuano – em até R$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no ano de 2020:

	31/12/20		31/12/19	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	190	190	94	94
Diretoria executiva	52	778	72	840

Os valores pagos durante o ano de 2020 a título de remuneração do conselho de administração e da diretoria executiva não ultrapassou os limites propostos na assembleia geral ordinária realizada em 29 de abril de 2020.

b) **Operações com partes relacionadas**

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	**31/12/20**	**31/12/19**	**31/12/20**	**31/12/19**
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	**5.777**	**5.777**	**-**	**-**
Passivo não circulante	**31/12/20**	**31/12/19**	**31/12/20**	**31/12/19**
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	16.141	19.615
Companhia Minuano	6.365	6.342	-	-
Acionistas e outros	16.154	12.182	16.153	12.182
Total	**22.519**	**18.524**	**32.294**	**31.797**

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

17 – Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2020 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

	31/12/20			31/12/19		
Natureza	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.797	(5.629)	5.168	10.751	(4.830)	5.921
Cível	7.915	(1.629)	6.286	10.020	(1.497)	8.523
Tributária	393	-	393	155	-	155
Total	**19.105**	**(7.258)**	**11.847**	**20.926**	**(6.327)**	**14.599**

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2020, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R$ 80.945 (R$ 68.440 em 31 de dezembro de 2019), destes, R$ 71.045 (R$ 55.583 em 31 de dezembro de 2019) são relativos a natureza cível e R$ 9.900 (R$ 12.857 em 31 de dezembro de 2019) são relativos a natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R$ 71.045, refere-se a ação no montante de R$ 58.162, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamentos dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos. O atual saldo a utilizar deste crédito foi baixado em sua totalidade, conforme divulgado na nota explicativa nº 7, item (a), e a totalidade da dívida tributária glosada foi recomposta pela Administração e reconciliada junto à Receita Federal e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda "possível", visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 7, 14 e 15.

b) Contingências Ativas

Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judicias: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu transito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

Em relação a decisão do transito em julgado do processo dos valores correspondente ao ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS retroativos à 2014, vinculados a Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, até o presente momento os esforços efetuados no levantamento dos dados não foram suficientes para assegurar com confiança a validação dos potenciais créditos a serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras , uma vez que alguns documentos necessários para confecção e validação do cálculo estão sendo recuperados junto aos órgãos fiscais, desta forma sequer a divulgação de potencial créditos é possível efetuar neste momento e o registro contábil será efetuado quando a mensuração for confiável.

Ainda sobre o tratamento dado ao referido tema, a Companhia informa que, a partir de Junho de 2019 não vem mais tributando PIS e COFINS sobre ICMS destacado nas notas fiscais de venda, esse procedimento tem como base a decisão liminar do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, os valores apurados de Junho de 2019 até Dezembro de 2020 referente a incidência de ICMS na base do PIS e COFINS correspondem a R$ 1.150.726,76, sobre o qual não foi constituído nenhum passivo correspondente, em função da decisão do STF de 2017, sobre a inconstitucionalidade deste incidência, entretanto a modulação a ser proferida, será fundamental para validação de eventual passivo, o que será efetuado no aguardo desta decisão.

18 – Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os valores destes incentivos contidos no resultado de 2020 totalizaram R$ 1.427.

e) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

20 – Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, no quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos assegurados:

Local de risco	Ativos Próprios	Ativos de Terceiros	Total
Sede Administrativa	4.650	-	4.650
Abatedouros	57.380	2.200	59.580
Fábrica de embutidos	15.900	-	15.900
Fábrica de rações	20.300	-	20.300
Incubatório	15.050	5.970	21.020
Central de ovos	1.900	-	1.900
Granja Recria - Frangos	6.970	-	6.970
Granja Matrizes	12.747	2.771	15.518
Total	134.897	10.941	145.838

21 – Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 26% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção *(hedge)* de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre os valores de contas a receber vinculados ao Dólar:

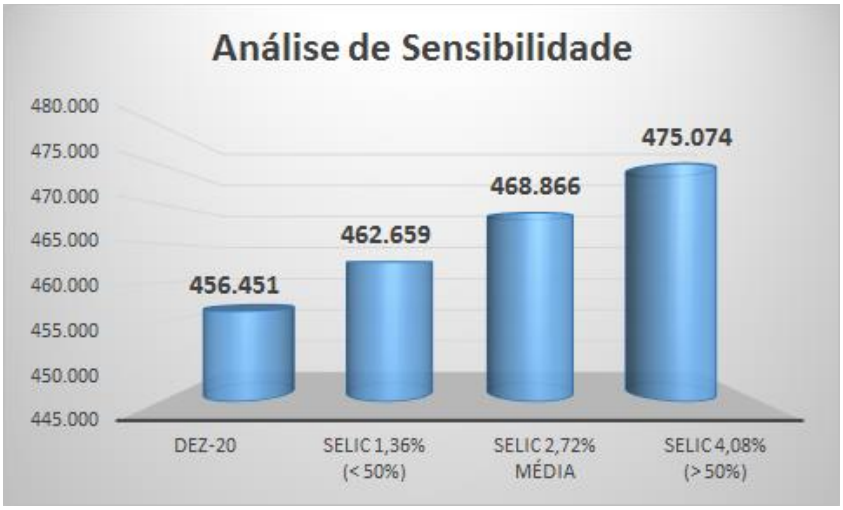
O critério adotado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração o saldo de contas a receber em aberto, contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2020, considerando um aumento de 50 %, ou uma redução de 50% desta taxa cambial, quais valores sensibilizariam os ativos da Companhia vinculados ao Dólar.

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

		Selic		
		(> 50%)	Média	(< 50%)
	31/12/20	1,36%	2,72%	4,08%
INSS a recolher	250.887	254.299	257.711	261.123
FGTS a recolher	3.574	3.623	3.671	3.720
IRRF a recolher	238	241	244	248
IRPJ a recolher	102.049	103.437	104.825	106.213
CSLL a recolher	36.850	37.351	37.852	38.353
COFINS a recolher	46.357	46.987	47.618	48.248
PIS a recolher	9.887	10.021	10.156	10.290
Impostos retidos	21	21	22	22
ICMS a recolher	2.000	2.027	2.054	2.082
Outros	4.588	4.650	4.713	4.775
Total	**456.451**	**462.659**	**468.866**	**475.074**

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a média dos últimos doze meses da taxa Selic, assim como as projeções realizadas nesta mesma taxa considerando um aumento de 50 %, bem como uma simulação de redução de 50% desta taxa.



22 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/12/20			31/12/19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	**204.660**	**73.697**	**278.357**	**194.736**	**55.165**	**249.901**
(-) Impostos	(18.126)	-	(18.126)	(13.950)	-	(13.950)
(-) Devoluções	(244)	(174)	(418)	(359)	(8)	(367)
Receita líquida de produtos e serviços	**186.290**	**73.523**	**259.813**	**180.427**	**55.157**	**235.584**

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente.

23 – Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Salários	-	-	60.217	61.029
Matérias primas	-	-	33.480	29.403
Encargos sociais	-	-	15.284	14.583
Energia eletrica	-	-	13.982	13.916
Manutenção Industrial	-	-	11.344	9.116
Benefícios a empregados	-	-	12.783	10.322
Depreciações	-	-	5.782	5.684
Férias e 13º salário	-	-	11.286	6.133
Serviço de terceiros	-	-	7.922	6.407
Materiais de embalagem	-	-	4.272	4.304
Combustíveis e lubrificantes	-	-	1.819	1.673
Locações/Aluguéis	-	-	2.252	1.445
Indenizações trabalhistas	-	-	46	133
Equipamento de proteção	-	-	2.048	1.374
Taxas e encargos legais	-	-	228	249
Análises laboratoriais	-	-	1.212	952
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	735	648
Outros gastos	-	-	1.664	1.375
Total	**-**	**-**	**186.356**	**168.746**

24 – Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Salários	132	172	3.654	3.354
Serviço de terceiros	345	137	2.871	2.299
Encargos sociais	41	34	783	611
Benefícios a empregados	130	-	1.033	780
Depreciações	-	-	302	311
Férias e 13º salário	-	-	642	346
Indenizações trabalhistas	-	-	8	1
Manutenção predial	-	-	122	125
Viagens e estadias	3	29	25	76
Taxas e encargos legais	23	34	188	180
Telefonia	-	-	67	82
Publicidade e propaganda	62	62	73	67
Energia eletrica	-	-	84	86
Outros gastos	14	22	495	590
Total	**750**	**490**	**10.347**	**8.908**

25 – Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	8.137	5.993
Custos aduaneiros	-	-	1.528	1.477
Salários	-	-	549	544
Serviço de terceiros	-	-	370	355
Publicidade e propaganda	-	-	381	384
Comissões sobre vendas	-	-	592	422
Provisões para perda	-	-	(428)	430
Encargos sociais	-	-	130	110
Telefonia	-	-	70	76
Análises laboratoriais	-	-	24	18
Férias e 13º salário	-	-	114	62
Benefícios a empregados	-	-	57	50
Combustíveis e lubrificantes	-	-	16	16
Viagens e estadias	-	-	15	71
Depreciações	-	-	7	6
Outros gastos	-	-	134	141
Total	**-**	**-**	**11.696**	**10.155**

26 – Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Recomposição de débitos fiscais (a)	-	-	340	8.735
Perdas de Estoques (b)	-	-	1.046	-
Perdas de Imobilizados (c)	-	-	440	5.951
Provisão para contingencias	150	382	5.213	7.874
Custos de osciodiade (d)	-	-	9.440	-
Custo na alienação de ativos	-	-	106	110
Despesas gerais	-	-	1.592	1.014
Total	**150**	**382**	**18.177**	**23.684**

a) O montante de R$ 340, apresentado em 31 de dezembro de 2020 refere-se a novas dívidas inscritas em dívida ativa junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e quanto ao valor de R$ 8.735, apresentado em 31 de dezembro de 2019, refere-se a recomposição de dívida fiscal registrada em 2019, período no qual a Companhia procedeu com a revisão das bases de seus passivos tributários, e desta análise identificou-se a necessidade de atualização destes débitos tributários, os quais encontram-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e destes, a classificação com relação ao risco de perda foi atualizada como de "provável perda".

b) Parte do saldo registrado na conta de perdas com estoques referem-se aos prejuízos causados na enchente ocorrida entre os dia 08 e 09 de julho de 2020, onde houve a alta precipitação pluviométrica na Região do Vale do Taquari e Região Altos da Serra, o que acarretou na cheia do Rio Taquari e seus afluentes, sendo que a unidade de produção de embutidos, da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Arroio do Meio, teve suas operações parcialmente afetadas por conta desta enchente, evento este noticiado de forma ampla nas mídias sociais e canais de televisão, inclusive em rede nacional.

c) A Companhia realizou a análise do valor recuperável de seus ativos, e identificou a necessidade da realização de ajuste para perda de valores classificados como propriedade para investimentos, assim como de valores registrados na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos junto a empresa Frigorifico Nova Araçá.

d) Os custos com ociosidade referem-se ao custo incorrido durante o período de pandemia, no qual impossibilitou a plena ocupação das instalações para realização do serviço de abate, deste modo, os custos proporcionais ao serviço não realizado durante o período de pandemia foram reclassificados para rubrica de "Outras despesas operacionais", e compreendem os seguintes gastos:

Natureza dos gastos	Valor
Salários	3.919
Encargos sociais	1.145
Benefícios a empregados	961
Energia eletrica	759
Férias e 13º salário	790
Manutenção Industrial	651
Serviço de terceiros	531
Depreciações	247
Equipamento de proteção	130
Locações/Aluguéis	112
Análises laboratoriais	91
Combustíveis e lubrificantes	67
Matérias primas	37
Total	**9.440**

27 – Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado		
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	
Créditos tributários	-	-	1.427	504	
Receitas gerais	391	4.745	1.455	8.616	(a)
Receita na alienação de ativos	-	-	50	73	
Reversão de despesas	-		1.704	-	(b)
Total	**391**	**4.745**	**4.636**	**9.193**	

(a) Parte do saldo apresentado na rubrica "Receitas gerais" no exercício de 2019, refere-se ao reconhecimento do pedido de ressarcimento do crédito presumido de IPI, homologado parcialmente pela Receita Federal do Brasil, este crédito foi utilizado para quitação de débitos tributários federais, no valor de R$ 2.377, assim como o ganho parcial já reconhecido pelos valores recebidos junto ao processo judicial vinculado a empresa Agostinho Carrer Ltda, conforme divulgado através da nota explicativa nº 8 – Outros Ativos.

(b) Os valores registrados como reversão de despesas referem-se a dívidas tributárias que prescreveram durante o ano de 2020 e demais dívidas que encontravam se em processo de cobrança, cujo desfecho foi favorável a Companhia.

28 – Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	4	11	5.465	18.232
Juros de operações com partes relacionadas (b)	3.972	2.988	9.138	7.465
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	87	125
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	119	244
Descontos financeiros concedidos	-	-	420	449
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	121	125
Juros sobre compra a prazo	-	-	-	105
Variações cambiais passivas	-	-	11.573	-
Encargos legais (c)	-	-	202	38.403
Ajuste a valor presente	-	1.132	-	1.132
Outras despesas financeiras	(792)	4	19	3
Total	**3.184**	**4.135**	**27.144**	**66.283**

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 16.

(c) O montante de R$ 38.403, apresentado em 31 de dezembro de 2019 refere-se aos encargos legais apurados no processo de revisão das bases de passivos tributários da Companhia, nesta análise identificou-se a necessidade do reconhecimento de encargos legais de alguns débitos tributários, os quais encontravam-se em instância de cobrança judicial junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a classificação destes passivos em relação ao risco de perda foi atualizada como de "provável perda".

29 – Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Variações cambiais ativas (a)	-	-	12.715	260
Descontos financeiros obtidos	-	-	30	31
Outras receitas financeiras	-	-	49	432
Total	**-**	**-**	**12.794**	**723**

30 – Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta	**135.197**	**104.904**	**143.160**	**144.997**	**-**	**-**	**278.357**	**249.901**
Impostos e devoluções	(16.609)	(12.716)	(1.935)	(1.601)	-	-	(18.544)	(14.317)
Receita líquida	**118.588**	**92.188**	**141.225**	**143.396**	**-**	**-**	**259.813**	**235.584**
Custos	(77.476)	(53.696)	(108.880)	(115.050)	-	-	(186.356)	(168.746)
Lucro bruto	**41.112**	**38.492**	**32.345**	**28.346**	**-**	**-**	**73.457**	**66.838**
Despesas administrativas	-	-	-	-	(10.347)	(8.908)	(10.347)	(8.908)
Despesas com vendas	(11.696)	(10.155)	-	-	-	-	(11.696)	(10.155)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(17.131)	(17.733)	(17.131)	(17.733)
Perda de Estoques (a)	(822)	-	(224)	-	-	-	(1.046)	-
Provisão para perda (b)	-	-	-	-	-	(5.951)	-	(5.951)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	4.636	9.193	4.636	9.193
Resultado antes dos efeitos financeiros	**28.594**	**28.337**	**32.121**	**28.346**	**(22.842)**	**(23.399)**	**37.873**	**33.284**
Despesas financeiras		-		-	(27.144)	(66.283)	(27.144)	(66.283)
Receitas financeiras		-		-	12.794	723	12.794	723
Resultado antes dos tributos	**28.594**	**28.337**	**32.121**	**28.346**	**(37.192)**	**(88.959)**	**23.523**	**(32.276)**
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	(3.189)	-	(3.189)	-
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(3.761)	(754)	(3.761)	(754)
Resultado líquido do exercício	**28.594**	**28.337**	**32.121**	**28.346**	**(44.142)**	**(89.713)**	**16.573**	**(33.030)**
					Atribuído a acionistas não controladores		20	(32)
					Atribuído a acionistas controladores		16.553	(32.998)

(a) Refere-se ao prejuízo de estoques causados na enchente ocorrida em Julho de 2020, conforme indicado na nota explicativa nº 26 b).

(b) Os valores apresentados como “provisão para perda”, referem-se à:

Ajuste para perda de valores classificados como propriedade para investimentos, assim como de valores registrados na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos junto a empresa Frigorifico Nova Araçá.

31 – Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/20	31/12/19
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	16.573	(33.030)
Resultado diluído por ação	2,33419	(4,65205)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

32 – Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 29 de abril de 2020, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente e Sra. Fernanda Junqueira de Oliveira como diretora de relações com investidores.

No dia 06 de outubro de 2020, um dia após a renúncia apresentada pela Diretora de Relação com Investidores, Sra. Fernanda Junqueira de Oliveira, foi realizada reunião extraordinária do conselho de administração, na qual foi nomeado o novo Diretor de Relação com Investidores, Sr. Tiago Silveira do Pinho.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 29 de abril de 2020, foram eleitos: Sr. Chao En Ming como diretor presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sr. Chao En Ming como diretor presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

Conforme comunicado ao mercado divulgado no dia 01 de fevereiro de 2021, a Companhia informou, com profundo pesar, o falecimento do Sr. Chao En Ming, ocorrido no dia 30 de janeiro de 2021, e por conta desse acontecimento, foi nomeada a Sra. Chao En Hung como diretora presidente das empresas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos.

33 - Leilão para Fechamento de Capital

A Companhia informa que, no dia 15 de julho de 2020, recebeu da acionista controladora SERRA DO RONCADOR PARTICIPACOES LTDA, detentora de 24% do capital social da Companhia, comunicado sobre a intenção de

realizar o cancelamento de registro da Companhia junto à CVM (fechamento de capital, nos termos da Instrução CVM 361), no mesmo dia, foi realizada a divulgação de fato relevante ao mercado e a seus acionistas sobre o interesse da ofertante de realizar a Oferta Pública de Aquisição (OPA).

No dia 19 de agosto de 2020, foi protocolado junto a CVM, a minuta inicial do edital de oferta pública de aquisição de ações por cancelamento de registro de companhia aberta da Minupar Participações S.A., por conta e ordem de Serra do Roncador Participações Ltda, cuja intermediação está sendo realizada pela empresa Necton Investimentos S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Commodities, neste ato também foi protocolado o Laudo de Avaliação da Minupar, o qual demonstra os métodos de avaliação utilizados pelos avaliadores, bem como o valor de ação apurado pelos respectivos métodos apresentados, os quais podem ser acessados diretamente através do site, os documentos arquivados, tanto o edital, como o laudo de avaliação, são minutas iniciais, sujeitas a alterações e complementações, conforme a andamento do respectivo processo.

O leilão ocorreu no dia 19 de março de 2021, porém, não obstante o enorme esforço da Ofertante, não alcançou a quantidade mínima de ações apta para o fechamento de capital da Companhia.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Silveira do Pinho
Diretor de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataide Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0